

Anúncio de uma Sociedade em Crise sem Filosofia: Repensar a Educação Angolana a partir da “Sagrada Esperança”

Announcement of a Society in Crisis without Philosophy: Rethinking Angolan Education from the "Sacred Hope"

Abel José da Silva

Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo (ISCED), Angola

Resumo

O presente texto traz à luz a reflexão sobre uma sociedade em crise “que se anuncia”, sendo a captação do modo como pensamos em relação à Filosofia e ao uso que se faz da razão, condição necessária para esta finalidade. Este modo de pensar se reflecte em todas as dimensões da vida humana, com particular menção, na maneira como se encara a educação, a política, o direito e a justiça como condições de realização de humanidade mais digna. Daí que, neste sentido de filosofar sobre a nossa realidade, nos propusemos o desafio de (re)pensarmos nossa sociedade (angolana) a partir da “Sagrada Esperança” reflectida na educação. A reflexão parte da questão: como repensar, filosoficamente, a nossa sociedade angolana a partir da “Sagrada Esperança”, cujo conteúdo se reflecta na educação? Trata-se de uma questão que coloca, no fundo, a discussão sobre as possibilidades educativas de realização da pessoa no contexto angolano, caracterizado por níveis de analfabetismo e pobreza generalizada. Esta situação nos leva a recorrer à “Sagrada Esperança” que, nas circunstâncias em que nasceu, como um ideal pensado, representou o sonho de realização de uma condição de vida diferente e digna da pessoa angolana, para, como uma Filosofia, entendida como nova perspectiva de vida fundamentada na luz da razão, questionar seu alcance na actualidade. Assim, se a Filosofia é um questionar-se sobre qualquer realidade (social), então, faz sentido admitir que, sem Filosofia, uma sociedade entra em crise existencial e, neste sentido, se torna inadiável repensá-la na perspectiva da educação como esperança sagrada.

Palavras-chave: Filosofia; Sociedade em Crise; Educação; Sagrada Esperança.

Informações do artigo

Submetido em 24/01/2024

Aprovado em 07/05/2024

Publicado em 15/05/2024.



<https://doi.org/10.25247/IP1982-999X.2024.v24n2.p18-36>



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons CC BY 4.0

Abstract

The present text sheds light on reflection about a society in crisis "that is announced", being the capture of how we think in relation to Philosophy and the use that is made of reason, a necessary condition for this purpose. This way of thinking is reflected in all dimensions of human life, with particular mention of how education, politics, law, and justice are viewed as conditions for achieving a more dignified humanity. Hence, in this sense of philosophizing about our reality, we have proposed the challenge of (re) thinking our (Angolan) society from the perspective of "Sacred Hope" reflected in education. The reflection starts from the question: how to rethink, philosophically, our Angolan society from the "Sacred Hope," whose content is reflected in education? It is a question that fundamentally raises the discussion about the educational possibilities for realizing the individual in the Angolan context, characterized by levels of illiteracy and widespread poverty. This situation leads us to resort to the "Sacred Hope" which, in the circumstances in which it was born, as a thought-out ideal, represented the dream of achieving a different and dignified condition of life for the Angolan person, to, as a Philosophy, understood as a new perspective of life grounded in the light of reason, and question its reach in the present. Thus, if Philosophy is a questioning of any (social) reality, then it makes sense to admit that, without Philosophy, a society enters into existential crisis and, in this sense, it becomes imperative to rethink it from the perspective of education as sacred hope

Keyword: Philosophy; Society in crisis; Education; Sacred Hope.

Como ser citado (modelo ABNT)

SILVA, Abel José. Anúncio de uma Sociedade em Crise sem Filosofia: Repensar a Educação Angolana a partir da “Sagrada Esperança”. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 24, n. 2, p. 18-36, maio/ago. 2024.

1 INTRODUÇÃO

Anunciar uma sociedade em crise não parece ser um exercício difícil. É condição necessária apenas, para tal finalidade, captar o modo como pensamos em relação à Filosofia e ao uso que se faz da razão. Este modo de pensar se reflecte em todas as dimensões da vida humana, com particular menção, na maneira como se encara a educação, a política, o direito e a justiça como condições de realização de humanidade mais digna. Daí que, captando nossa inteligibilidade e sensibilidade sobre tais condições, nos propusemos o desafio de, neste texto, (re)pensarmos nossa sociedade (angolana) a partir da “Sagrada Esperança” reflectida na educação.

O exercício que se faz coloca em paralelo a ideia de uma crise social anunciada sem Filosofia e a possibilidade de ver na educação a condição de realização da pessoa humana como sujeito de direitos (e deveres), cuja definição radica do pensamento de Boécio, como *Rationalis naturae individua substantia incommunicabilis*¹. Assim, na sua concretização histórica, «A pessoa assume uma validade jurídica “enquanto fonte do direito” e valor ao serviço da qual se dispõe a política»².

A reflexão sobre a pessoa no contexto angolano, caracterizado por níveis de analfabetismo e pobreza generalizada, leva-nos a recorrer à “Sagrada Esperança” que, nas circunstâncias em que nasceu como um ideal pensado, representou o sonho de realização de uma condição de vida diferente e digna da pessoa angolana, para, como uma Filosofia, entendida como uma nova perspectiva de vida fundamentada na luz da razão, questionar seu alcance na actualidade. Neste sentido podem ser derivadas as seguintes condições e questões consequentes:

Se a Filosofia é, essencialmente, um saber questionador sobre a causa primeira de qualquer realidade (social), então, faz sentido admitir que uma sociedade sem Filosofia seja, necessariamente, uma sociedade em crise e, conseqüentemente, torna-se inadiável colocar a seguinte questão: como

¹ Substância individual e incommunicável de natureza racional. Cf. MONDIN, Battista. **Curso de filosofia**: os filósofos do Ocidente. v. 1, 15. ed. São Paulo: Paulus, 2008. p.164.

² SANTOS, José Cassanji. **Repensar o homem na Angola do Século XXI**: uma antropologia em perspectiva. Caxinde, Luanda: Editora e Livraria, 2009. p. 95.

repensar, filosoficamente, a nossa sociedade angolana a partir da “Sagrada Esperança”, cujo conteúdo se reflecta na educação?

Se sem Filosofia a sociedade se define, contraditoriamente, como sociedade em crise, pois que em condições normais não se definiria, porque nela não se questiona, ou não se pensa, então, é legítimo perguntar: de que lado estamos? Do equilíbrio racional (virtude) ou do lado das paixões que alienam o sentido de ser humano? Estas e outras questões colocam no centro a importância da Filosofia como reflexão e como discurso crítico insito nas possibilidades e condições de realização da pessoa humana.

2 FILOSOFIA E “SAGRADA ESPERANÇA” POR QUÊ? O ANÚNCIO SOCIAL EM CAUSA

Nota-se, hodiernamente, em nossa sociedade, um contexto que relega para o “*nihil*” a paixão pela Filosofia. Como consequência disso, assiste-se a uma espécie de sociedade cansada sem avançar no caminho do desenvolvimento, uma sociedade que se torna, propositadamente, “órfã” de ideias, porque, para ela, reflectir, pensar ou conhecer e transformar a realidade é possível demarcando-se da Filosofia. Ledo engano! Sem pensar criticamente, não existirão vida nem desenvolvimento autenticamente humanos.

Não há caminho para frente, caminho para a humanidade feliz sem Filosofia, porque esta é vida que “parte da vida e volta à vida”. Neste sentido, por exemplo, ao nível da educação, da política, do direito e da justiça, ou ao nível de qualquer outra dimensão antropológica não é possível uma transcendência, se não existir uma visão inteligente e questionadora do tipo: educação, (ou) política, (ou) direito e/ou justiça para quê?

Sem uma visão filosófica da realidade social não é possível uma abordagem assertiva sobre as finalidades da educação, da própria política ou do direito. Educação, política ou direito para que, com que e em que circunstâncias, são questões de base que, se não se respondem, a educação não passará de uma ilusão, a política esvaziar-se-á da sua dimensão não só técnica, mas também ética e o direito será uma espécie de favor que inviabiliza o acesso à justiça social.

Estas considerações, entre outras questões, colocam em relevo a

importância da Filosofia para qualquer sociedade, pois que, entre todas, o meio termo é ou deveria ser a “sophia”. Neste sentido, a Filosofia nos ajuda a activar o pensamento crítico e, com ele, possibilita a construção de uma vida feliz por meio de uma espécie de “higiene mental Preventiva”³. Ela é condição para abertura daquele pensamento que nos leva a questionar o que não se questionou ou o que não se solucionou e revelar saberes e verdades que “as sombras da caverna” do nosso quotidiano escondem.

A Filosofia não é só teórica, é também prática; não é apenas útil, é, sobretudo, necessária. Ela está e entra em tudo, mesmo que nem todos tenham consciência disso. A sua “*omnipresença*” é expressa por meio da perenidade do pensamento filosófico, ínsito, por exemplo, na ideia de direito que, ao longo da história, reluz na imponência das construções romanas, em cujas obras, hoje, estão reflectidas as formas como os romanos pensaram e pensam o direito, resumido no seguinte epíquerema: *homo res sacra homini est*⁴. Ou seja, tudo se pensa em relação não só ao presente, mas também e, sobretudo, à posteridade. Daí que as obras são expressão dessa dignidade que é um direito que o direito deve conferir e, conseqüentemente, toda a pessoa ter garantido o acesso à justiça social.

Neste sentido, portanto, a Filosofia confere à educação, à política e/ou ao direito a legitimidade e o dever de encarnarem o génio ou a alma de um povo concreto. Daí a importância do contexto, conceito cujo conteúdo é, filosoficamente, relevante para interpretação não só da “Sagrada Esperança”, mas também de qualquer texto com significado antropológico – educativo, político, jurídico, artístico e histórico – que configura em si certa visão do mundo, o que não deixa de ser Filosofia.

Numa sociedade em que tudo se reduz ao presente, ao individual, nada parece ser perene e, conseqüentemente, parece não existirem valores absolutos nem leis morais imutáveis, nos termos de Sócrates, uma vez que tudo acaba relativizado. Tudo é visto como tão relativo que o público é submetido à esfera da lógica do privado e nele se dilui, o divino é comercializado e a falta de escola

³ RUIZ José Carlos. **El arte de pensar**: cómo los grandes filósofos pueden estimular nuestro pensamiento crítico, Tradução nossa. Editorial Berenice, s.c., 2018, p. 9ss.

⁴ Fórmula de “ouro” do Direito Romano, que se traduz, literalmente: “O homem é coisa sagrada do outro homem”.

se torna a lógica da cidade e nasce assim uma nova estirpe de sofistas: aqueles que se denegam o serviço do bem comum e se consagram ao serviço do individualismo alienante, capaz de aviltar a essência do homem, definido por Aristóteles como o “*zoon politikon*”. É a erecção de uma sociedade em crise de sentido, porque se encontra em crise da razão.

Para inverter este quadro impõe-se pensar corajosamente a tal ponto que, a Filosofia, não seja vista como uma actividade sem valor, mas como uma necessidade vital. Uma actividade de alto valor, assim como é tida a política, porque se é verdade que todos pensam, não é menos verdade que nem todos sejam capazes de pensar criticamente e, portanto, politicamente. Neste sentido, nem todos são felizes, porque, nos termos de Ruiz, o pensamento crítico aparece como a beleza oculta da felicidade⁵.

Pensar criticamente a nossa sociedade, à luz da Filosofia, isto é, dos cicerones da razão, torna-se numa revolução necessária. Uma revolução que tem subjacente a “Sagrada Esperança” que, não tendo sido escrita, explicitamente, como uma obra filosófica ou pedagógica, é possível, a partir dela, subsumir o sonho angolano de um país livre, de paz e de progresso social, como uma visão filosófica da vida, cuja realização pode ser questionada. Daí que de Neto, a sua esperança sagrada, transformada em poesia, possui, em nosso juízo, significado pluridimensional: filosófico, antropológico, histórico, político e jurídico, significado que importa realçar, questionar e reflectir em termos de sonhos realizados ou mesmo frustrados.

Os diversos significados, que assim se vislumbram na “Sagrada Esperança”, mobilizaram esforços colectivos para a luta pela auto-determinação de Angola. Por isso, antropológicamente, denotam a identidade de um povo, reflectida nas suas crenças, na sua beleza, na sua língua, na sua gente e suas raízes. Neste sentido, o poeta, com visão filosófica, declama:

*À bela pátria angolana nossa terra,
nossa mãe havemos de voltar.
Havemos de voltar à Angola libertada,
Angola independente*⁶.

⁵ RUIZ, José Carlos, *op. cit.*, p. 13ss.

⁶ NETO, Agostinho. **Sagrada Esperança**. 1. ed. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2013, p. 129.

Porém, hoje, é necessário reflectir para se saber se esta tarefa se concretizou, efectivamente, ou, ainda, está por ser concretizada, tendo como razões para o fazer, os questionamentos sobre as condições de realização de humanidade mais digna, referidas no princípio deste texto, tais como: educação universal e igualitária, saúde e vidacondigna. Numa palavra, realização do nosso direito de viver com dignidade na Angola independente, pela qual, hoje, muitos lutam todos os dias com o seu saber, o seu trabalho, mas também outros a retrocedem com sua negligência em assuntos sérios.

Do ponto de vista filosófico, o significado da poesia que se faz esperança, representa uma visão de mundo que se deseja melhor do que o do contexto concreto vivenciado pelo autor da “Sagrada Esperança”. Daí o sonhar com um país diferente, em que não existisse mais qualquer forma de escravatura entre os homens. Entretanto, se o sonho é o ideal, a sua concretização carecerá, sempre, de questionamentos advindos de uma actividade criticamente pensante, pois esta é sinónimo de felicidade e, conseqüentemente, condição de “ver” para além das “sombras da caverna”. Neste sentido, o seu significado histórico, reflectido em termos de Filosofia, traz à luz as raízes da nossa pátria, feitas de lutas para a conquista da independência. Estas raízes são longínquas, relacionam-se com a história dos nossos antepassados, personificados nos diferentes reinos que encarnaram o “nacionalismo inicial” até ao surgimento dos diferentes movimentos de libertação de Angola, o que impossibilita ver a independência como resultado da conquista e mérito de uma só visão.

Do ponto de vista político-jurídico, a poesia agostina, representa o ideal de uma nova forma de organização sócio-política de um país que ansiava a sua auto-determinação como direito inalienável de qualquer povo. Nesta perspectiva, será ainda mais significativa se se analisar o alcance da primeira e quinta estrofes do poema “Do povo buscamos a força”:

*Não basta que seja pura e justaa nossa causa
É necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós.
Outros viemos.
Lutar pra nós é ver aquiloque o Povo quer realizado.
É ter a terra onde nascemos. É sermos livres pra trabalhar.
É ter pra nós o que criamos. Lutar pra nós é um destino –
é uma ponte entre a descrençae a certeza do mundo novo⁷.*

⁷ NETO, Agostinho. **Poemas de Angola**. Rio de Janeiro: Codecri, 1976. p. 50

Assim a visão filosófica e pluridimensional presente nessas estrofes determina vitalidade interior, cuja força, do povo provinda, se justifica pela pureza e justiça que deve(ria)m ser “implantadas” na natureza dos agentes da história, capazes de assumir a luta por um mundo novo. É por isso que a certeza deste mundo novo não pode ser possível se não se acreditar no poder da razão, em detrimento de qualquer outra forma de poder, que tem na educação de qualidade e acessível a todos o instrumento para acender suas luzes e exercê-lo de forma consequente. É um sonho realizado, efectivamente?

Assim, esta “esperança sagrada” não é (mais) só de Neto, mas de um povo inteiro que almeja, desde a sua independência, por uma vida digna em que os direitos se tornem, efectivamente, direitos e, os deveres, efectivamente, deveres e não objectificação da pessoa. Daí a necessidade de se questionar, e sempre sob as lentes da razão, as variáveis, circunstâncias, estruturas sócio-políticas e pobreza antropológica que aliena(ra)m, ao longo do tempo, a dignificação de todo homem (e do homem todo angolano), cuja realização do seu bem-estar e progresso social é um direito que, na mútua limitação de direitos e deveres, configuam o quadro da justiça social.

2.1 Sinais de “esperança em declínio”: a nossa condição perante a educação

A nossa condição perante a educação nos permite entender que, se a «verdade nunca está muito afastada da sabedoria popular e dos seus adágios»⁸, então, há-que admitir que a “esperança é a última a morrer”, apesar dos sinais de declínio. É, talvez, este o principal motivo de se ter tornado numa condição antropológica “sagrada” em Neto. Entretanto, apesar de ser a última a morrer e, ainda, apesar da sua sacralidade, há evidências da sua decadência. Que paradoxo! E este é tanto mais captado e percebido quando maior for o exercício intelectual e hermenêutico para desvelar nossa condição perante a educação.

A luta pela independência dos povos africanos, sobretudo, e em especial de Angola, descreve uma lógica de busca por um mundo melhor. E a construção

⁸ MARMION, Jean-François (org.). **A psicologia da estupidez na política**. Tradução: Carlos Aboim de Brito. Porto Salvo-Portugal: Desassossego: Livros para pensar, 2023. p. 27.

desse mundo é possível por meio da educação como a maior expressão de esperança. Por conseguinte, a referida busca ficou condicionada ao tipo de educação que influenciou e tipificou, politicamente, o carácter do Estado que se imprimiu ao País desde os primórdios da independência. Isso é admissível, se aceitarmos o carácter classista da educação.

De lá para cá, importa questionar que progressos e que recuos houve, relativamente à educação, pois que as condições de sua realização, como direito e dever de justiça social, não são as mesmas para todos. E, neste sentido, se instalam dois mundos e duas realidades educativas distintas: o de uma elite com poderes económicos para pagar pela melhor educação da sua prole e o da maioria da população, cujas receitas líquidas, traduzidas em salário mínimo, são insuficientes para o pagamento de uma propina em colégio privado. Então, não se pode negar, como se estampa em *A Psicologia da Estupidez na Política*, que “A realidade dos dirigentes [...] difere forçosamente da dos cidadãos, que ruminam por conta própria. Sempre foi assim, mas hoje isso se vê”⁹.

Aliás, é neste sentido que, analisando o contexto educativo do nosso país, dois estudiosos angolanos afirmam:

Com a adopção da economia de mercado entrou em declínio a ideia de Estado como instância primária, dissiparam-se as esperanças a um Estado que poderia garantir equilíbrio social e económico e combater a desigualdade social, pois, os interesses daqueles que representavam o Estado passaram a alinhar-se aos interesses do capital¹⁰.

Como se pode notar, aqueles dois estudiosos das políticas e processos educativos em Angola, apesar de fazerem uma radiografia do estado do ensino superior (a partir da concepção da educação como bem público) no nosso país, sua visão e diagnóstico é susceptível de generalização uma vez que a lógica do mercado impera também sobre o ensino não universitário. E é assim que, o processo de direccionamento da educação para o mercado tem contribuído para que se altere as formas da sua actuação “ao mesmo tempo que cria possibilidades para o seu declínio como instituição autónoma, recriadora e

⁹ MARMION, Jean-François (org.), *op. cit.*, p.14.

¹⁰ PAXE, Isaac; NGULUVE, Alberto. Ensino superior angolano: educação como bem público face ao mercado. *In: Educação e Filosofia*, Uberlândia, v.37, n. 79, p. 235-266 jan./abr. 2023. ISSN Eletrônico 1982-596X, disponível em: <http://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v37n79a2023-65841>

produtora da cultura”¹¹. Por isso mesmo é que podemos afirmar que a nossa condição perante a educação apresenta-se com sinais de uma “esperança em declínio”.

Os sinais de esperança em declínio são notórios no desalento social que se presentifica, em cada dia, na idealização de um mundo que dilui a noção de bem público, na qual se inscreveria a educação como bem maior. Na verdade, o carácter que se imprime à nossa realidade, como país que educa para o bem geral, levanta “infinitas” interrogações. Fruto de certa anomia antropológica sobre a educação como condição de existência humana, porque co-natural ao ser humano, sobrepõe-se uma ideia utilitarista da educação, determinada pela lógica do consumo. E neste sentido, não havendo grandes possibilidades, da parte do Estado, em garantir instituições públicas de educação (em quantidade e qualidade), proliferam-se, forçosamente, instituições privadas, muitas delas à margem da legalidade.

Em todo este cenário, nasce no país duas matrizes diferentes de instituições educativas e “qualitativamente antagónicas”: de um lado, instituições públicas e privadas com nível de organização e qualidade dos processos e resultados aceitáveis; do outro lado, instituições públicas e privadas com nível de organização e qualidade dos processos e respectivos resultados claramente questionáveis, além das más condições de funcionamento.

Desta constatação apodíctica resulta, pois, evidente que a busca nevrótica por algumas instituições, em detrimento de outras, cujos exemplos são vários, só pode ser explicada, também por duas razões paradoxais: uma é relativa àquelas pessoas que crêem no poder da educação para transformar homens e, conseqüentemente, sociedades e a outra é daquelas que só se preocupam com o diploma para suposta alteração do *status quo* sem se comprometer com o conhecimento, as habilidades e os valores que transformam realidades a partir do acto de pensar como actividade de pessoas com alto valor e homens livres, na condição de libertados da “caverna” de Platão.

Entretanto, é neste contexto que entre as instituições, sobretudo, privadas, vai nascendo maior competição e concorrência, dando azo não só a uma disputa de promoção e visibilidade de imagens, mas também ao irromper

¹¹ *Ibidem*, p. 235-266

de questionamentos sobre a qualidade dos processos e dos seus resultados. Prova disso são as expressões que se atribuem a muitas delas como, por exemplo, “no vinde a mim” que, negativamente, matizam e dão corpo, nominalmente, ao referido questionamento do serviço e “produto” educativo que se presta, fazendo prevalecer sobre a sua qualidade a lógica pura da venda de um produto - mercantilização.

Esta reflexão filosófica sobre o estado da nossa educação como sistema e processo, que deve conferir a qualquer pessoa humana as ferramentas necessárias para o acesso à cultura e ao usufruto de direitos sociais,

[...] integra-se, claramente na tendência que reconhece o papel insubstituível da reflexão filosófica no conjunto da vida humana e, de modo particular, num dos labores mais necessários, de maior responsabilidade – e também mais belos – aos que se pode dedicar um ser humano: a tarefa de educar¹².

Neste sentido, portanto, a falta de Filosofia, como capacidade intelectual para questionar “as causas últimas” daquelas realidades negativas que matizam a educação, impede a realização de um verdadeiro diagnóstico da situação real, pois a nesciência incapacita para o exercício hermenêutico sobre o que tal situação pode representar: o declínio da esperança por condição de vida melhor e, conseqüentemente, o declínio e/ou inversão axiológica da educação¹³ como valor, direito e possibilidade de acesso e desfrute dos bens materiais e espirituais de uma nação.

Assim, fica claro que o conhecimento filosófico é necessário para

compreender da melhor maneira o mundo actual com suas contradições, riscos e tendências, sobretudo, direccionado a orientar uma melhor e mais adequada transformação e aperfeiçoamento da sociedade e do ser humano, parte inalienável do qual deve ser considerada a educação¹⁴.

Negar, neste sentido, a necessidade da Filosofia, isto é, a capacidade para perguntar sobre o porquê e o para que filosofar, equivale, no nosso

¹² HERNÁNDEZ, Irazema Edith Ramírez. **Voces de la filosofía de la educación**. Tradução nossa. México: Ediciones del Lirio, 2015, p. 9.

¹³ Axiologia é “a teoria ou ciência dos valores, também chamada filosofia dos valores”. Cf. OLIVEIRA, José H. Barros de. **Filosofia, psicanálise e educação**. Coimbra: Livraria Almedina, 1997, p. 41.

¹⁴ HERNÁNDEZ, Irazema Edith Ramírez, *op. cit.*, p. 9.

contexto, a colocar em cheque a questão por que e para que pensar a educação, por exemplo. Não encontrando sentido, nestas questões, arriscamo-nos a viver uma vida “encantada” numa altura em que a Filosofia e a ciência procede(ram), desde Galileu Galilei, o “desencantamento do mundo”. Nada se aceita gratuitamente, pois tudo tem um porquê. Não encontrar sentido, portanto, nas questões em jogo, é o mesmo que viver inocente e “ver” tudo como normal e uniforme. É um infantilismo vital.

Sendo capacidade para questionar, a Filosofia garante a possibilidade de reflectir sobre a essência das questões educativas, implícitas nas expressões dos exemplos anteriores, indo mais além da dimensão conceitual e analisar suas reais implicações na vida presente e futura da sociedade angolana, porque: “No marco de um contexto que pretenda ser formativo, uma educação sem Filosofia seria míope, e a Filosofia [...] que não tivesse como referente principal incidir positivamente nas práticas educativas concretas resultaria estéril”¹⁵.

Na sequência deste pensamento, uma educação ou instituição educativa que não assuma o compromisso com o conhecimento, com a verdade, não assume, igualmente, o compromisso com a vida. A falta de compromisso, fundamentalmente com os valores noéticos, representa, então, uma espécie de “genocídio intelectual” instituído, porquanto não se configura como alternativa ou solução para a ignorância, mas antes sua promoção certificada. É por esta razão que se deve admitir, hoje mais do que nunca, que o «problema educativo tem de incluir necessariamente uma axiologia educativa»¹⁶, uma vez que “O pensamento quantificador, baseado no cálculo, e que se reduz ao económico, é incapaz de conceber o que o cálculo ignora, isto é, a vida, os sentimentos, a alma, nossos problemas humanos”¹⁷. Daí que a disjuntiva entre Filosofia e Ciência já “não é frutífera, na medida em que os problemas filosóficos reaparecem na ciência e em que a filosofia, encerrada em si mesma, tende a ser seca e a não cumprir mais sua função de reflexão sobre o mundo humano”¹⁸. Não admitir sua necessidade seria/é, portanto, não admitir a necessidade e os limites da ciência.

¹⁵ *Ibidem*, p. 9.

¹⁶ OLIVEIRA, José H. Barros de, *op. cit.*, p. 61.

¹⁷ MORIN, Edgar. **¿Hacia el abismo? Globalización en el siglo XXI**. Tradução nossa. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2010, p. 31.

¹⁸ *Ibidem*, p. 31.

Com o objectivo de demonstrar que a Filosofia, mais do que útil é necessária, coloca-se a reflexão sobre a discussão, desapassionada, de uma axiologia educativa que, para o nosso contexto de vida, pode apresentar-se como possibilidade de reacender a “esperança sagrada”, que se esvazia nos nossos tempos e levar-nos a ver, nos sintomas do mercantilismo educativo, a “caverna platônica” onde os homens, aí caídos, são incapazes de enxergar a realidade para além das sombras; são incapazes de olhar para vida e convertê-la em questões sobre a vida que abrem para a possibilidade de uma vida mais digna, mais justa e mais humana.

E, neste cenário de incapacidades, a esperança advém da arte de filosofar que permite pensar para além dos limites ideológicos de qualquer circunstância e inferir que, se de um lado, as ciências trouxeram benefícios inauditos no âmbito do conhecimento, por outro lado, estes ganhos, paradoxalmente, “se pagam com o aumento da ignorância: incapacidade de contextualizar, de unir o que está separado, e impossibilidade de apreender os fenómenos a nível global”¹⁹, divisando a fronteira ética entre o público e o privado e os seus objectivos comuns em termos de dignificação de cada homem com a educação.

Por esta razão, importa sempre inteligir que, na sua generalidade, “a educação pode ser vista como um antídoto para recuperar a saúde do corpo social, uma vez que vivemos intoxicados pela desigualdade”²⁰, sendo, por isso, na promoção de instituições educativas – públicas, privadas ou público-privadas – necessário compreender, uma vez mais, que:

*Não basta que seja pura e justaa nossa causa
É necessário que a pureza e a justiça existam dentro*²¹

Esta deveria ser, de facto, a força do povo que se enraizasse em cada pessoa que o represente, uma Filosofia para a vida e uma vida em Filosofia expressa, cuja beleza e alcance se demonstra por meio do significado dos versos daquele que, em Angola, ficou, então, conhecido como o “Poeta Maior”.

¹⁹ *Ibidem*, p. 30.

²⁰ ZUNINO, Pablo Enrique Abraham. Apresentação: Pelos andaimes pingentes. In: VALENTIM, Inácio *et al.* (org.). **As pontes do universo**: reflexões sobre a experiência de ensinar e de curar. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2023 p. 14). Disponível em: <http://www.fundarfenix.com.br>.

²¹ NETO, Agostinho. **Poemas de Angola**, *op.cit.*, p. 50.

A influência do seu pensamento é tal que, no seu tempo, filósofos proeminentes, como Jean Paul Sartre, saíram em sua defesa. Esta, hoje, poderia ser a expressão de uma apologia existencial que, na actualidade, significasse a dignificação de qualquer pessoa angolana, tendo como ponto de partida uma educação de qualidade para todos.

2.2 E agora, o que esperar? Que soluções para o declínio da esperança na educação?

Uma das maiores virtudes do pensamento filosófico ou da Filosofia como saber é o facto de as respostas alcançadas não serem mais importantes que os problemas levantados. A provisoriedade das respostas justifica-se pela necessidade sempre presente de se inquietar com o quotidiano, cujos indicadores não são, ainda, reflexo de realização da pessoa, sobretudo, no nosso país onde há carência de quase tudo, especialmente, na educação que é um espaço de crescimento para o desenvolvimento social. Nele, o país se debate com a busca da sua qualidade.

Neste sentido, é meritório reconhecer que, com a independência da República, em 1975 houve mudanças no sistema político-social. Contudo “mudar e melhorar são duas coisas distintas”²² e, por este razão, a discussão sobre o assunto da qualidade da educação no nosso país é um tema de extrema relevância, porque a “educação adequada é indispensável para o cultivo do que há de melhor no ser humano, contribuindo decisivamente para a edificação de uma sociedade ideal. Em outras palavras, para que a cidade seja justa, é necessário educar a todos desde a infância”²³.

A educação adequada tem a ver, assim, com educação de qualidade; educar a todos desde a infância tem a ver com a universalização da própria educação, isto é, uma educação que atinja todo o homem e o homem todo. Por isso, a “disponibilização do bem público essencial – que é a educação – carece de uma adequada gestão nos níveis central e local e exige uma sintonia de

²² CALVIÑO, Manuel. **Cambiando la mentalidad** [...] empenzando por los jefes. Tradução nossa. La Haban: Editoria Academia, 2014. p. 43.

²³ NOGUEIRA JR, Renato. **Aprendendo a ensinar**: uma introdução aos fundamentos filosóficos da educação. 1. ed. Curitiba: Editora IBPEX, 2009, p. 28.

acções e esforços entre estruturas do sistema educativo e os agentes sociais com interesse na educação”²⁴. Esta exigência é que nem sempre se concretiza, verificando-se, com maior frequência, falta de sintonia entredistintas estruturas e agentes interessados na própria educação.

Esta situação nos coloca em confronto com os princípios do Sistema de Educação e Ensino, vertidos na Lei 17/16 de 7 de Outubro e nos permite considerar que muitos deles são, insuficientemente, observados – o que coloca em causa não só a qualidade, mas também o acesso à educação como direito universal – como são os casos, por exemplo, dos princípios da Legalidade, Universalidade, Gratuitidade, Obrigatoriedade e, conseqüentemente, da Qualidade de Serviços e da Educação e Promoção dos Valores Morais, Cívicos e Patrióticos, porque, no plano histórico, as profundas perturbações políticas e sociais que o país atravessa não são estranhas ao ambiente cultural²⁵ que se instalou e, portanto, apõem a sua marca de finitude nos processos educativos.

Relativamente à justificação de um insuficiente cumprimento dos princípios do Sistema de Educação e Ensino pode ser demonstrada com o exemplo da existência de instituições de ensino que funcionam à margem da lei – Princípio da Legalidade. E se os princípios são interconexos, porque são partes de um mesmo sistema, então o incumprimento de um afecta o funcionamento dos outros ou do todo. É por esta razão que se pode admitir que os grandes problemas que o país atravessa “fizeram declinar as débeis esperanças de se atingir os grandes ideais da paz, liberdade e da igualdade. Hoje porém, Angola sente o peso da responsabilidade da restauração da confiança e segurança perdidas”²⁶. Esta ideia de restauração da confiança, viria, então, expressa pela poesia, nestes termos:

*À frescura da mulemba às nossas tradições
aos ritmos e às fogueiras havemos de voltar*²⁷

Este voltar à nossa essência não é um processo fácil, mas empenhativo

²⁴ SILVA, Eugénio Adolfo Alves da. Princípios e propostas para a Gestão da Educação Escolar em prol da eficiência e da qualidade. In: NGULUVE, Alberto *et al.* (org.). **Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino: Debates e Proposições**. 1. ed. Urbanização Nova Vida, Luanda: Literacia – Editora, Consultoria & Formação, p. 15.

²⁵ Cf. SANTOS, José Cassanji, *op. cit.*, p. 100.

²⁶ José Cassanji SANTOS, *op. cit.*, p. 100.

²⁷ Agostinho NETO, *Sagrada Esperança, op. cit.*, p. 129.

e supõe mudança de paradigma, pois que, tal como Platão, diante da decadência de Atenas, “percebeu na fundamentação de um programa educacional a possibilidade de correcção dos erros da vida pública”²⁸, assim também, no nosso país, se se tomar consciência do valor da educação, como bem público, então, se converterá em instrumento de projecção social e correcção das falhas. Isso significa que há que empreender, em Angola, uma verdadeira luta, como na *alegoria da caverna* de Platão, que não é uma simples contraposição, mas uma verdadeira luta entre a ignorância e o conhecimento, entre a prisão e a liberdade, isto é, um confronto de modos de vida e de ver: libertar-se da ignorância exige uma luta de cada um consigo próprio (o espaço da liberdade subjectiva), com todos os que nos pretendem oprimir e dominar (o espaço da liberdade objectiva, político-social).

Nessa luta, entretanto, o maior opressor é a nossa própria ignorância que nos impede de “ver verdadeiramente” e nos induz à ilusão de tudo estar bom, porque não queremos ter experiência de outros modos de ver e problematizar a nossa existência no processo educativo e, conseqüentemente, não temos razões para mudar nem vontade para o fazer; havendo, porém, tal vontade, será necessário, nesse combate vital contra a ignorância, a adopção de uma estratégia para se sair vitorioso: convidar os “profissionais da educação para assumir uma atitude filosófica, já que trabalhar com educação exige uma postura que não seja ingênua”²⁹.

Só com uma postura assim se compreenderá o lema da abertura do Ano Lectivo 2023/2024 no nosso país, segundo o qual,

A transformação da Educação começa com o Professor», porque ele «precisa conhecer o conteúdo, ser capaz de escrever um plano de aula e de listar exercícios. Mas não pode prescindir de saber para que e para quem está ensinando, além de como e do porquê. Destarte, a atitude filosófica é tida como uma competência que precisa ser cultivada, desenvolvida e exercida pelos profissionais da educação³⁰.

Assim, é importante não perder de vista que, embora se assista “o fim do monopólio escolar do acesso ao saber (devido à concorrência dos média,

²⁸ Renato NOGUEIRA JR., *op.cit.*, p. 27.

²⁹ *Ibidem*, p. 27.

³⁰ Renato NOGUEIRA JR., *op.cit.*, p. 27.

nomeadamente, das novas tecnologias de informação e comunicação)³¹, o Professor é sempre fundamental nas sociedades contemporâneas, pois, se até aqui se sabe ler é graças a ele. Ser Professor é exercer a profissão das profissões, cuja

[...] legitimidade, pedagógica, decorre de dupla natureza: social, porque ser profissional da educação implica um mandato da sociedade, através do Estado, que regula o exercício da função. É também de natureza individual, na medida em que a competência pessoal tem um efeito de auto-legitimação junto dos educandos³²,

porque a educação é uma forma de poder do homem sobre o homem³³.

É com razão que temos, então, de admitir que, entendida como profissão, a educação coloca necessariamente a questão da legitimidade, como critério não só de validade, mas também de efectividade pedagógica dos indivíduos, em particular, e das instituições, em geral, uma vez que “a competência e a eficiência são as principais garantias da liderança educativa”³⁴. Por esta razão se compreende, assertivamente, que

Instruir, formar, polir uma pessoa, não pode ser obra dum turista da educação; é sim obra de gente séria, equilibrada, capaz de governar e governar-se; alguém dotado de carácter e personalidade firmes; alguém capaz de influenciar, não só por palavras, mas muito mais pelo agir, o seu educando³⁵.

Com este sentido podemos, com Kant, afirmar que existem para o homem «dois problemas mais difíceis de resolver, a arte de governar e a arte da educação. Não obstante, esses problemas costumam ser abordados ousadamente, sem prévia preparação. Em ambos os sectores, abundam os improvisadores, e bem conhecemos os resultados»³⁶. Portanto, quem somos neste cenário? Que instituições educativas temos e o que fazem? O que podemos e devemos esperar? As respostas não podem ser imediatas, mas mediatas.

³¹ Agostinho dos Reis MONTEIRO, Educação e Deontologia, Escolar Editora, Lisboa, 2004, p.11.

³² Ibidem, p. 13.

³³ Cfr. Ibidem, p. 13ss.

³⁴ José Cassanji SANTOS, op. cit., p. 81.

³⁵ Ibidem, p. 80.

³⁶ Lorenzo LUZURIAGA, (1955), História da Educação e da Pedagogia. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, p. XX.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das maiores virtudes do pensamento filosófico ou da Filosofia como saber é o facto de as respostas alcançadas não serem mais importantes que os problemas levantados e serem sempre provisórias. A provisoriedade das respostas justifica-se porque a Filosofia, enquanto saber racional sobre as causas últimas das coisas, nos dá a possibilidade de reflectirmos nas contradições do mundo actual e vermos, relativamente à educação, que sinais de (des)esperança existem para o melhoramento da nossa sociedade.

Tomar como ponto de partida a obra “Sagrada Esperança” de Agostinho Neto para interpretar seu significado filosófico e alcance histórico é um exercício que nos permite compreender, no arco do tempo, o que se alcançou e o que não se alcançou em termos de direito à educação, justiça social que justifique o ideal independentista de “Às nossas terras, vermelhas do café, brancas do algodão, verdes dos milharais, havemos de voltar”. O seu significado é, então, multidimensional, isto é, filosófico, antropológico, histórico, político e jurídico, significado que importa realçar, questionar e reflectir em termos de sonhos realizados ou mesmo frustrados, porque nele subjaz o princípio fundamental de auto-determinação que, como direito, assiste a qualquer povo.

A discussão filosófica sobre a educação como um bem público acontece sobre a visão e acção de qualquer instituição de natureza pública ou privada de quaisquer níveis do Sistema de Educação e Ensino em Angola. Entretanto, nesta encruzilhada da promoção e surgimento de várias instituições privadas de ensino torna-se necessário não perder de vista essa ideia de educação como um bem público, sendo, mais do que suficiente, necessário colocar em debate a dimensão axiológica da educação, valorizando, acima de quaisquer prévios valores económicos em jogo, os valores noéticos e éticos como condição para a geração de riqueza intelectual e o usufruto de direitos e deveres sociais. Esta perspectiva coloca no centro das atenções a pessoa como validade jurídica “enquanto fonte do direito” a que serve a política.

Deste modo, qualquer argumento para contrapor a necessidade social da Filosofia, como saber e possibilidade de identificar contradições do mundo actual, é contraproducente. A Filosofia, mais do que útil, é necessária, porque partindo da vida, volta à vida transformada em questões existenciais para

superação e transcendência. Sem este exercício, a esperança é vazia e, sem esta, não se educa para um amanhã diferente.

REFEERÊNCIAS

ANGOLA. **Diário da República**. Lei que altera a Lei n.º 17/16 de 7 de outubro - Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, I Série no 123, Luanda, 2023.

CALVIÑO, Manuel. **Cambiando la mentalidad ... empenzando por los jefes**. Tradução nossa. La Habana: Editoria Academia, 2014.

HERNÁNDEZ, Irazema Editth Ramírez. **Voces de la filosofía de la educación**. Tradução nossa. México: Ediciones del Lirio, 2015.

MARMION, Jean-François (org.) **A Psicologia da Estupidez na Política**. Tradução: Carlos Aboim de Brito. Porto Salvo, Portugal: Desassossego: Livros para pensar, 2023.

MONDIN, Battista. **Curso de filosofia: os filósofos do Ocidente**. v.1, 15. Ed. São Paulo: Paulus, 2008.

MONTEIRO, Agostinho dos Reis. **Educação e deontologia**. Lisboa: Escolar Editora, 2004.

MORIN, Edgar. **¿Hacia el abismo? Globalización en el siglo XXI**. Tradução nossa. Barcelona: Ediones Paidós Ibérica, 2010.

NETO, Agostinho. **Poemas de Angola**. Rio de Janeiro Codecri, 1976.

NETO, Agostinho. **Sagrada Esperança**. 1. ed. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2013.

NGULUVE, Alberto *et al.* (org.). **Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino: Debates e Proposições**. 1. ed. Urbanização Nova Vida, Luanda: Literacia Editora, Consultoria & Formação.

NOGUEIRA JR. Renato. **Aprendendo a ensinar: uma introdução aos fundamentos filosóficos da educação**. 1. ed. Curitiba: Editora IBPEX, 2009.

OLIVEIRA, José H. Barros de. **Filosofia, psicanálise e educação**. Coimbra: Livraria Almedina, 1997.

PAXE, Isaac; NGULUVE, Alberto. Ensino superior angolano: educação como bem público face ao mercado. *In: Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 37, n. 79, p. 235-266, jan./abr. 2023. ISSN Eletrônico 1982-596X, disponível em: <http://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v37n79a2023-65841>.

RUIZ, José Carlos. **El arte de pensar**: Cómo los grandes filósofos pueden estimular nuestro pensamiento crítico. n. t., Editorial Berenice, s.c., 2018.

SANTOS, José Cassanji. **Repensar o Homem na Angola do Século XXI**: uma antropologia em perspectiva, Caxinde – Editora e Livraria, Luanda, 2009.

VALENTIM, Inácio *et al.* (org.). **As pontes do universo**: reflexões sobre a experiência de ensinar e de curar. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2023.
Disponível em: <http://www.fundarfenix.com.br>.

ZUNINO, Pablo Enrique Abraham. Apresentação: Pelos andaimes pingentes.
In: VALENTIM, Inácio *et al.* (org.). **As pontes do universo**: reflexões sobre a experiência de ensinar e de curar. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2023 p. 14).
Disponível em: <http://www.fundarfenix.com.br>

DADOS DO AUTOR

Abel José da Silva

Doutor em Ciências Pedagógicas pela Universidade “Enrique José Varona” – Havana; Licenciado em Ciências da Educação pela Universidade Agostinho Neto e possui Formação Superior em Filosofia pelo Seminário Maior de Cristo Rei - Huambo. Professor Auxiliar do Departamento de Humanidades do Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo (ISCEH) – Angola. *E-mail*: adasilva00@gmail.com